

MINHA CIDADE TEM VALOR: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E FORMAÇÃO DO PENSAMENTO HISTÓRICO DOS DISCENTES DO COLÉGIO ESTADUAL HORÁCIO DE MATOS, MUCUGÊ-BA

Alcinea da Silva França Fraga

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Edinalva Padre Aguiar

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O presente texto compõe uma das discussões realizadas na pesquisa de mestrado que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED/UESB). A pesquisa tem como objetivo principal analisar como a Educação Patrimonial pode contribuir para a formação do pensamento histórico dos discentes do Ensino Médio. A metodologia utilizada será a abordagem qualitativa e para a sistematização e análise dos dados nos apoiaremos na análise de conteúdo. A coleta dos dados será feita por meio da aula-histórica, tendo como campo empírico o Colégio Estadual Horácio de Matos em Mucugê-BA e como sujeitos os alunos do Ensino Médio deste colégio. Essa pesquisa encontra-se ainda na fase de revisão de literatura, definição e elaboração dos instrumentos de produção dos dados, não tendo sido ainda realizada a parte empírica, em função disso, não apresenta resultados.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Pensamento Histórico; Aprendizagem Histórica.

Introdução

O presente texto constitui parte de uma pesquisa de mestrado em andamento junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). A pesquisa em questão se propõe a analisar como a Educação Patrimonial pode contribuir na formação do pensamento histórico dos discentes do Ensino Médio do Colégio Estadual Horácio de Matos em Mucugê-BA.

O interesse pelo tema surgiu em meio à insatisfação com os resultados nos rendimentos dos alunos. Leciono a disciplina História nesta instituição desde 2005 e, a cada ano, é sentida a diminuição do interesse dos alunos pelos estudos, evidenciado nas baixas notas. Acreditava que tal situação devia-se à falta de perspectiva dos alunos

com relação aos seus projetos de vida e pelo desconhecimento da função social que a escola exerce.

Em 2018, o professor de Sociologia das turmas de 3º ano do colégio em questão desenvolveu um projeto sobre a comunidade quilombola de Bananal no município de Rio de Contas-Bahia, próximo a Mucugê. Ao acompanhar os trabalhos de pesquisa, a visita aos lugares históricos e à comunidade quilombola daquela cidade, pude observar o interesse e o empenho dos alunos na realização dos trabalhos. Além disso, também refleti sobre alguns momentos em que desenvolvi atividades de estudo e visitação a lugares destacados como patrimônio na própria cidade de Mucugê e pude verificar o quanto os educandos se mostram interessados pelo tema.

As inquietações e observações conduziram-me à percepção de que a falta de interesse dos alunos pode ter relação com a carência de significação entre o que é estudado e o que é vivido por eles. Por isso, torna-se necessário discutir o conceito de pensamento histórico para qualificar o ensino de história e promover uma aprendizagem histórica com significação para vida. Acreditamos que estudar o patrimônio do município de Mucugê, local onde residem os sujeitos da nossa pesquisa, pode contribuir com essa discussão, por permitir a aproximação entre o estudado e a vida prática do aluno.

Mucugê situa-se no interior da Bahia, na região da Chapada Diamantina e é uma cidade bastante conhecida por suas riquezas naturais, manifestações culturais e pelo estilo arquitetônico que ainda conserva características de sua formação em meados do século XIX. Também possui sítios arqueológicos ainda pouco conhecidos e divulgados que podem se tornar grandes objetos de estudo.

Nossa investigação pretende planejar e realizar atividades que problematizem uma história mais plural e mais diversa, além de estimular a vontade dos discentes de observar, identificar e se identificar com o patrimônio cultural da região em estudo. Com as atividades realizadas para o desenvolvimento dessa pesquisa poderemos: analisar os usos que são feitos do patrimônio histórico-cultural de Mucugê e se os alunos percebem o que mudou e o que permaneceu nesses usos ao longo do tempo; Qual o pensamento histórico dos alunos sobre a ideia de patrimônio; Em que medida o estudo do patrimônio e a Educação patrimonial contribuem para o pensamento histórico desses alunos. São questões importantes a serem investigadas.

A partir da ação e interação entre Educação Patrimonial e ensino de história pretende-se analisar a contribuição da primeira para a formação do pensamento histórico dos alunos do Ensino Médio do Colégio Estadual Horácio de Matos. Também será possível, por meio desta

pesquisa, conhecer as concepções sobre patrimônio histórico-cultural dos discentes desse colégio e o que eles pensam a respeito do que conhecem sobre a História de Mucugê e seus patrimônios. Portanto, a contribuição da Educação Patrimonial no ensino de História para a formação do pensamento histórico dos discentes do Colégio Estadual Horácio de Matos em Mucugê-BA é meu objeto de estudo.

De acordo com os estudos sobre Educação Histórica promovidos por Cainelli (2008), Germinari (2014), Parkes (2014) e Pinto (2015), é notória a necessidade de uma intervenção para que os alunos aprimorem a criticidade acerca da realidade e desenvolvam seu pensamento histórico. Contribuindo para a compreensão dessa categoria, Siman (2005) indica algumas características do que seja pensar historicamente. Assim, para esta autora

pensar historicamente supõe a capacidade de identificar e explicar permanências e rupturas entre o presente/passado e futuro, a capacidade de relacionar os acontecimentos e seus estruturantes de longa e média duração em seus ritmos diferenciados de mudança; capacidade de identificar simultaneidade de acontecimentos no tempo cronológico; capacidade de diferenciar diferentes dimensões da vida social em contextos sociais diferentes. Supõe identificar, no próprio cotidiano, nas relações sociais, nas ações políticas da atualidade, a continuidade de elementos do passado, reforçando o diálogo passado/presente. (SIMAN, 2005, p. 119)

Acreditamos que, dentre outras, a intervenção para o desenvolvimento do pensamento histórico dos alunos pode ser feita por meio do estudo do patrimônio, pois este permite maior aproximação entre o estudado e o vivido fazendo compreender aspectos históricos, políticos e socioeconômicos, relacionando a história local ao contexto global. Assim como define Schimidt (2004, p. 113), “o trabalho com espaços menores facilita o estabelecimento de continuidades e diferenças com as evidências de mudanças, conflitos e permanências”, sendo o entendimento dos conceitos continuidade e mudanças uma operação mental importante e característica do pensamento histórico.

A Educação Patrimonial pode permitir que o indivíduo chegue a um processo ativo do conhecimento, apropriando-se de sua herança cultural e, com isso, aprender a valorizá-la. Ademais, afirma Barrio (*apud* MENESES, 2004, p. 63) “a verdadeira riqueza do patrimônio de um povo não está em seus monumentos, em suas obras de arte ou em seu saber coletivo, mas na capacidade desse povo em valorizá-los”. Muitas vezes, o termo valorizar é entendido como manter como está, admirar, enaltecer, colocar em situação de destaque, o que acaba por reafirmar as narrativas-padrão disseminadas ao longo do tempo. Conforme afirma Tolentino (2016, p. 44):

a educação patrimonial, muitas vezes fica a reboque do ensino de História. Aliada às visitas aos centros históricos urbanos, ela acaba se resumindo, em diversos projetos, à transmissão da historiografia oficial das cidades e relacionada aos bens culturais, sem considerar os usos sociais do tecido urbano na atualidade e os significados atribuídos pelos sujeitos sociais a esses determinados bens culturais.

O patrimônio, representado pelos monumentos expressam a memória de um povo. Estudar o patrimônio, portanto, é estudar essa memória, discutir o que a cidade ou essa memória reconhece e/ou deixa de reconhecer como patrimônio e quem reconhece, sendo importante “[...] fazer uma reflexão nesse sentido e não atuar de maneira passiva em relação a um patrimônio fetichizado, que já vem pronto e determinado. É necessário compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa” (TOLENTINO, 2016, p. 44) e entender quais usos são feitos dele, evidenciando que toda essa dimensão faz parte de um jogo de poder.

O termo Educação Patrimonial passou a ser utilizado no Brasil desde a década de 1980, no entanto, a prática que relaciona educação e patrimônio já era adotada desde o início do século XX. Durante muito tempo e ainda hoje, os estudos sobre Educação Patrimonial fizeram-se por meio do acompanhamento do Guia Básico de Educação Patrimonial elaborado por Horta, Grunberg e Monteiro (1999). De acordo com os conceitos evidenciados no Guia, vemos uma prática voltada para uma concepção não dialógica e de mera transmissão de conhecimento. É claro que devemos reconhecer a contribuição do Guia para a afirmação do campo da Educação Patrimonial e do seu papel nas políticas preservacionistas, no entanto, pretendemos nessa pesquisa, priorizá-la como processo de construção social, conforme cita Florêncio (2014).

Por Educação Patrimonial entendemos a constituição de

todos os processos educativos formais e não formais que tem como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. [...] os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. (FLORÊNCIO, *et al*, 2014, p. 19)

A Educação Patrimonial deve ter um papel de mediação partindo de uma visão dialógica e construída socialmente. Onde os sujeitos locais tornam-se “protagonistas na construção e apropriação do seu patrimônio cultural, incentivando, assim, a participação social em todas as etapas de preservação dos bens e manifestações culturais” (TOLENTINO, 2016, p. 44). Ainda segundo este autor, tais “ações devem fazer parte de um processo e o uso desses materiais de difusão deve estar atrelado a um projeto permanente e sistemático de um trabalho reflexivo e crítico em relação ao patrimônio cultural” (TOLENTINO, 2016, p. 44).

O campo do patrimônio é um campo de conflitos e a Educação Patrimonial junto ao ensino de história permitem identificar que conflitos são esses, quais relações de poder definem, o que deve ou não ser preservado, por que, para quê e para quem. Nesse processo, destacamos o papel fundamental do professor como instigador dessas discussões principalmente diante da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas escolas públicas e privadas do Brasil, no ano de 2020.

A BNCC, documento normativo de regulamentação da Educação Básica do país teve suas discussões iniciadas no início dos anos 2000 e depois da 3ª versão, foi homologado em 2017. Ao analisar as propostas de ensino de história para a educação básica, é perceptível que a Base adotou uma perspectiva cronológica, factual e eurocentrada, diminuindo a possibilidade de discussões com relação à luta de grupos menos favorecidos ao longo da história. Sendo assim, o professor de história cuja prescrição legal relega a uma postura menos problematizadora, pode utilizar-se de recursos como projetos de estudo do patrimônio para promover o desenvolvimento do pensamento histórico dos alunos. Tal recurso também possibilita um trabalho interdisciplinar que tende a ampliar e aprofundar a geração de novos conhecimentos por parte dos discentes.

O trabalho com patrimônio desenvolvido na escola pode permitir que os alunos se percebam como sujeitos históricos propiciando-os identificar suas vivências pessoais com as de outros sujeitos do passado. Além disso, a Educação Patrimonial escolar visa estimular um outro olhar para o território em que a escola está inserida, oferecendo oportunidade de desenvolver o pensamento histórico e a memória histórica dos discentes, partindo do contexto sociocultural e ambiental no qual vivem seu cotidiano. A educação patrimonial, aliada ao ensino de história, tem o intuito de contribuir para o aprendizado e a conscientização da participação ativa dos discentes no processo histórico e para a sensibilização de questões atinentes à preservação do patrimônio cultural da nossa região, uma vez que elas guardam as referências culturais mais próximas de toda a comunidade escolar e, mais especificamente, dos alunos da escola em questão.

Acreditamos também que tal pesquisa fomentará o interesse de diversos setores da sociedade mucugeense tanto da área da Educação, como cultural, de Turismo e Meio Ambiente que poderão fazer uma parceria com as escolas, utilizando seus resultados para a execução de projetos de preservação e visitação ambientais.

Metodologia

No Brasil, as pesquisas no campo do Ensino de História começaram a se aprofundar a partir da década de 1980, envolvendo temas como currículo, livro didático, formação docente, dentre outros. Os estudos do patrimônio, da memória e da história local também avançam nesse contexto e tornam-se grandes aliados no ensino de história.

Dentro desse grande campo denominado Ensino de História, temos a Educação Histórica que ganhou força no Brasil a partir dos anos 2003. Ela tem ampliado os horizontes para se trabalhar a história e vem desenvolvendo pesquisas que contemplam temas como consciência histórica, conceitos substantivos e conceitos epistemológicos, a importância e os sentidos da história científica e escolar, letramento e pensamento histórico, tanto de professores quanto de alunos. Na esteira de buscar entender as ideias acerca da história e da história ensinada, um dos temas que podem nos ajudar nessa compreensão é o da Educação Patrimonial que, nessa pesquisa, encontra-se inserida no campo da Educação Histórica.

A abordagem metodológica que guiará a pesquisa será a qualitativa. Esta proposta tem sido muito utilizada nas pesquisas da área de Ciências Humanas e Sociais por “não se preocupar com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (CÓRDOVA e SILVEIRA, 2009, p. 31), critérios estes, bastante relevantes para quem pesquisa na área educacional.

Conforme anunciado anteriormente, a pesquisa será realizada no Colégio Estadual Horácio de Matos, localizado na cidade de Mucugê-BA. Essa instituição atende estudantes do Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA) que moram na sede e na zona rural. O colégio é composto por mais duas extensões que ficam nos distritos de Guiné e João Correia, situados a aproximadamente 30 e 60 km respectivamente da sede. No entanto, a pesquisa será realizada na sede, local onde leciono a disciplina de História e terá como sujeitos jovens estudantes do Ensino Médio.

Pretendemos compor uma turma com 20 alunos que deverão manifestar voluntariamente seu interesse em participar. Acreditamos que essa maneira democrática de realizar a pesquisa se afina com a proposição da pesquisa qualitativa. Os sujeitos serão os

estudantes de cada uma das três séries do ensino médio e tal diversidade de faixa etária também permitirá uma melhor análise sobre o desenvolvimento do pensamento histórico dos alunos.

Com relação aos procedimentos, essa pesquisa fará uso da pesquisa bibliográfica para podermos conhecer os estudos referentes às temáticas aqui relacionadas e fundamentá-la teoricamente. Para isso, utilizaremos autores que pesquisam as categorias principais e as subcategorias que pretendemos trabalhar. Também analisaremos, por meio do estado da arte, as pesquisas mais recentes sobre Educação Patrimonial e pensamento histórico em alguns bancos de dados como a CAPES e o banco de dissertações do PPGED.

No que tange à produção de dados “diferentes metodologias podem ser (re)criadas para se efetivar ações educativas com o patrimônio cultural, principalmente porque estamos falando de processos educativos que não se efetivam com uma metodologia única” (GIL, 2020, p. 113). Portanto, para esta pesquisa o modelo da Aula Histórica para produção de dados torna-se essencial, por tratar-se de uma metodologia de aula desenvolvida para um ensino de história voltado para a formação do pensamento histórico dos alunos e, portanto, para a produção de sentidos.

A Aula Histórica é uma proposição metodológica construída pela professora Maria Auxiliadora Schmidt e a sua primeira matriz foi utilizada como referência para a proposta curricular do ensino fundamental da rede municipal de educação de Curitiba em 2016. Tal metodologia de ensino busca “realizar o percurso da produção do conhecimento histórico” (SCHMIDT, 2020, p.133) fundamentando-se na matriz da Didática da História pensada por Rusen a qual defende uma aprendizagem histórica situada em sua ciência de referência.

Portanto, a Aula Histórica apresenta-se como uma ferramenta importante, pois permite que o professor investigue as carências e interesses dos alunos; escolha os conceitos substantivos e epistemológicos a serem trabalhados de acordo com essa investigação; disponha de estratégias de estudo que por meio da utilização de fontes contribuam para a produção de sentidos; oriente os alunos na produção de narrativas que expressem o pensamento histórico dos mesmos; e possa verificar, a partir da perspectiva da metacognição, o que os alunos sabem acerca do que aprenderam. Portanto, a proposta possibilita um ensino que preconiza o professor como pesquisador. E ao estudante, o papel de construtor de um conhecimento que supera o que Schmidt (2020) chama de “didática da cópia”.

Um dos pontos principais da Aula Histórica é a investigação das carências e interesses dos alunos, que pode ser realizada a partir da sua relação com a memória e com o patrimônio material e imaterial, sendo este mais um ponto de conexão com meu objeto. Nessa pesquisa,

com base na segunda matriz da Aula Histórica desenvolvida por Schmidt (2020) executaremos a proposta em cinco momentos distintos que se interconectam, a saber:

1º momento: Investigação das carências de orientação e interesses dos alunos

- Reunião com os alunos que serão sujeitos da pesquisa para que conheçam a proposta de intervenção, momento em que também abriremos para o diálogo e a escuta de sugestões;
- Aplicação de questionário e atividade diagnóstica para levantamento e categorização das carências de orientação e interesses dos alunos sobre a história local, patrimônio histórico-cultural, bem como a relação entre patrimônio, história e sua própria vida.

2º momento: Seleção dos conceitos substantivos e epistemológicos

- Com base na investigação das carências e interesses realizada na etapa anterior, a professora-pesquisadora escolherá os conceitos substantivos e epistemológicos a serem trabalhados durante as aulas;

3º momento: Desenvolvimento metodológico da aula - produção de conhecimento

- Os alunos farão a leitura e discussão de textos sobre os conceitos de patrimônio;
- Oficina ministrada pela pesquisadora, abordando o tema “As Expressões da Arquitetura Popular de Mucugê e sua Importância na Configuração da Cidade”, baseado no texto de Nery e Amaral (2020);
- Os alunos deverão identificar patrimônios locais de acordo com as definições de patrimônio discutidas anteriormente;
- A professora-pesquisadora junto com os alunos farão visitas guiadas ao Museu Vivo do Garimpo, ao Centro Cultural e ao projeto Sempre-Viva; com mediações feitas pelos próprios funcionários desses locais, para que os alunos entendam o sistema de trabalho dos garimpeiros e visualizem suas ferramentas de trabalho. Essa ação envolve os sujeitos da pesquisa e está condicionada às condições sanitárias devido à pandemia da COVID-19;
- Palestra ministrada por um convidado sobre a importância da preservação do patrimônio histórico-cultural de Mucugê;

4º momento: Produção de narrativas

- Os alunos expressarão o conhecimento produzido durante a atividade por meio de narrativas. Estas poderão ser representadas na utilização de exposições, apresentações literárias e exibição de vídeos.

5º momento: Avaliação

- Embora apareça aqui como momento final, a avaliação será realizada durante todo o percurso da Aula Histórica e ocorrerá de forma sistemática a partir da perspectiva da metacognição, ou seja, o que os alunos sabem acerca do que aprenderam. Para isso, a professora-pesquisadora, ao analisar a narrativa histórica, observará a atribuição de sentidos feita pelos alunos seguindo alguns critérios como a articulação do conteúdo, forma e função do conhecimento estudado com a sua vida prática.

Todas as etapas da pesquisa serão objeto de análise por parte da professora-pesquisadora e, por isso, a avaliação é um processo contínuo e sistemático que ajudará na produção dos dados, culminando na dissertação de mestrado.

Para a análise dos dados, será utilizada a análise de conteúdo que, de acordo com Moraes (1999, p. 8) “constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias”. Segundo o autor, essa análise, “ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum” (MORAES, 1999, p. 8). Os dados que chegam em estado bruto, vão ser processados pelo investigador para assim “facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdos” (MORAES, 1999, p. 9). Dessa forma, essa metodologia torna-se muito importante para a minha pesquisa, pois abarca uma variedade de documentos e materiais provenientes da comunicação verbal e não verbal.

Em dezembro de 2019, na China, começa a haver uma epidemia provocada por um vírus identificado como SARSCOV-19 que provocou várias mortes em pouco tempo. Essa doença espalhou-se por todo o mundo ficando caracterizada como uma pandemia denominada de COVID-19. No Brasil, os primeiros infectados começaram a surgir em início de 2020, sendo que em março do mesmo ano foram constatadas as primeiras morte. Devido ao contágio desse novo coronavírus ocorrer por meio do contato físico entre as pessoas, foram necessárias medidas que mantivessem a população distanciada. Por isso, em meados de março de 2020, várias escolas, universidades, comércios, igrejas, etc. tiveram que fechar suas portas para manter o distanciamento no Brasil. Muitas dessas instituições foram forçadas a modificar

sua maneira de funcionamento e as “relações” remotas passaram a aproximar as pessoas e dar continuidade às atividades, mesmo que de maneira virtual. A escola também precisou se adequar a esse novo formato e por isso, várias pesquisas, objetos e metodologias tiveram que ser modificadas.

Essa pesquisa faz parte desse contexto. Muito do que foi sonhado e planejado para ser realizado de maneira presencial deve ser concretizado na forma remota. As escolas estaduais da Bahia tiveram seu cronograma retomado em março de 2021 de maneira remota e como o Colégio Estadual Horácio de Matos é um colégio administrado e mantido pela Secretaria Estadual de Educação da Bahia também segue suas determinações. Dessa maneira, pretendemos realizar a coleta de dados adequando todos os passos acima descritos no formato remoto. Para isso, lançaremos mão de instrumentos e meios que facilitem o acesso e a produção do conhecimento por parte dos alunos, mas que não coloquem em risco a saúde dos envolvidos.

Para isso, novos meios de comunicação serão necessários como Grupos de WhatsApp, utilização de ferramentas como o Google Classroom/Google sala de aula, Google meet que nos permitem ver, ouvir e falar em tempo real, tornando-se ferramentas importantes para o contato com os sujeitos e para o desenvolvimento das ações geradoras dos dados.

Resultados e considerações finais

Essa pesquisa ainda encontra-se em fase intermediária de desenvolvimento, na qual estamos fazendo a revisão de literatura, definindo os objetos e instrumentos de análise. Nesse momento já conseguimos avançar nas leituras de fundamentação teórica e de definição da metodologia. Elas têm revelado a formação do pensamento histórico como elemento fundamental para a produção de sentidos no ensino de história. Por isso, destacamos a importância de analisarmos a contribuição da Educação Patrimonial nesse processo e a Aula Histórica apresentou-se como elemento apropriado para a recolha de dados desse estudo. Percebemos também que trabalhar com Educação Patrimonial requer aprofundamentos em discussões sobre memória, identidade e diversidade cultural. No entanto, nesta pesquisa, apesar de em alguns momentos mencionarmos essas discussões nos ateremos à investigação proposta, isto é, a contribuição da Educação Patrimonial para a formação do pensamento histórico dos estudantes do ensino médio em Mucugê.

Referências

CAINELLI, Marlene Rosa. A construção do pensamento histórico em aulas de História no ensino fundamental. In: **Revista Tempos Históricos**. Vol. 12 – 1º semestre – 2008 – p. 97-109.

CÓRDOVA, Fernanda Peixoto e SILVEIRA, Denise Tolfo. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

FLORÊNCIO, Sônia *et al.* **Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2 ed. rev. ampl. Brasília: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

GERMINARI, Geysa Dongley. O desenvolvimento do pensamento histórico na educação infantil: possibilidades do trabalho com arquivos familiares. In: **Revista Diálogo Educacional**, vol. 14, núm. 43, septiembrediciembre, 2014, p. 805-819. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil.

GIL, Carmem Zeli de Vargas. Investigações em educação patrimonial e ensino de história (2015-2017). **CLIO: Revista de Pesquisa Histórica**. CLIO- (Recife, Online), ISSN: 2525-5649, vol.38, p. 107-127, jan-jun, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/view/243720>. Acesso: 02 de nov. de 2020.

HORTA, Maria de Lourdes P.; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Q. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf. Acesso: 02 de nov. 2020.

MENESES, José Newton Coelho. **História e turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

PARKES, Robert J. Concepções em mudança do pensamento histórico no ensino da história: um estudo do caso australiano. In: **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p.137-161, jan./abr.2014.

PINTO, Helena. Educação patrimonial e educação histórica: contributos para um diálogo interidentitário na construção de significado sobre o passado. **Diálogos (Maringá. Online)**, v. 19, n.1, p. 199-220, jan.-abr./2015. DOI 10.4025/dialogos.v19i1.1049

RÜSEN, Jörn. No caminho para uma pragmática da cultura histórica. In: RÜSEN, Jörn. **Aprendizagem histórica: fundamentos e paradigmas**. Curitiba: W. A. Editores, 2012. P 129140.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. **Didática reconstrutivista da história**. Curitiba: CRV, 2020.

SCHMIDT, Maria. Auxiliadora.; CAINELLI, Marlene. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2004.

SIMAN, Lana Mara de Castro. A temporalidade histórica como categoria central do pensamento histórico: desafios para o ensino. *In*: DE ROSSI, Vera Lúcia S; ZAMBONI, Ernesta. (Org). **Quanto tempo o tempo tem!** Educação, filosofia, psicologia, cinema, astronomia, psicanálise, história... Campinas-SP: Editora Alínea, 2005, p. 109-143.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *In*: BRAGA, Emanuel Oliveira; TOLENTINO, Átila Bezerra. (Orgs.). **Educação patrimonial**: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (caderno temático: 5).

SOBRE AS AUTORAS

Alcinea da Silva França Fraga

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGED-UESB). Professora de História do Colégio Estadual Horácio de Matos pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia (CEHM/SEC-BA), Mucugê-Bahia. E-mail: alcineafranca@gmail.com

Edinalva Padre Aguiar

Doutora em Educação. Professora Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: edinalva.aguiar@uesb.edu.br